

## **DECRETO Nº 3.336 DE 18 DE ABRIL DE 2022**

**REGULAMENTA A LEI Nº 2.017/2021 - PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE REGISTRO - INVESTE REGISTRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**, Prefeito Municipal de Registro, Estado de São Paulo, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

### **DECRETA:**

Art. 1º. As empresas ou empreendedoras interessadas em se inscrever no programa de incentivos instituído pela Lei nº 2.017/2021 - PROGRAMA MUNICIPAL DE ATRAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE INVESTIMENTOS PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE REGISTRO - INVESTE REGISTRO, deverão apresentar solicitação formal à Diretoria de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação, instruído com os seguintes documentos:

#### **I - qualificação da empreendedora:**

- cópia do ato constitutivo, contrato social ou estatuto e últimas alterações, devidamente registrada no órgão competente;
- comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ;
- comprovante de inscrição no Cadastro do Estado de São Paulo;
- alvará de Licença de Funcionamento.

#### **II - qualificação do signatário:**

- cópia do documento de identidade - registro geral RG;
- cópia do Cadastro de Pessoa Física - CPF;
- procuração com poderes expressos para representar os interesses da empresa junto à Administração Pública Municipal de Registro, se o caso;
- cópia do documento de identidade RG e CPF do outorgante da procuração mencionada na alínea 'c'.

#### **III - da regularidade fiscal:**

- certidões negativas de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa de dívidas mobiliárias e imobiliárias, emitida pela Fazenda Pública Municipal de Registro e da sua sede se estiver sediado em outro município;
- certidão negativa de débitos ou certidão positiva com efeito de negativa de tributos federais;
- certidão negativa de débitos de FGTS;
- certidão negativa de tributos estaduais ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Fazenda Pública do Estado de São Paulo e da sua sede, se estiver sediado em outro Estado da Federação.

#### **IV - cópia da matrícula do imóvel onde se encontrar instalada ou for se instalar;**

#### **V - cópia da planta do projeto de construção devidamente encaminhado ao órgão competente do Município ou com o respectivo alvará;**

#### **VI - declaração contendo a relação de frota própria de veículos que estejam alocados na unidade empresarial de Registro, a fim de atender o inciso IX do artigo 33, disposto da Lei Municipal nº 2.017/2021;**

#### **VII - certificado de aprovação do empreendimento perante a CETESB, quando a legislação ambiental o exigir;**

VIII - o projeto de investimento contendo:

- a) resumo do projeto detalhando a atividade econômica a ser desenvolvida pela empreendedora; projeção econômica e financeira;
- b) estudo técnico e cronogramas de implantação;
- c) previsão do número de empregos diretos e indiretos gerados no Município decorrentes do investimento;
- d) declaração que deverá implantar ou iniciar as atividades no prazo, conforme lei nº 2.017/2021, contados da data da notificação da aprovação do projeto de investimento e do deferimento dos benefícios;
- e) declaração de previsão anual de incremento no valor adicionado proporcionado por suas atividades na formação do Índice de Participação do Município de Registro para o repasse de ICMS, sendo esse incremento no mínimo, igual ou superior a R\$ 500.000,00;
- f) declaração que empregará e manterá empregado, sem prejuízo do previsto na legislação federal pertinente, no mínimo 70% de mão-de-obra comprovadamente, residente no Município de Registro;

§ 1º. Caso a empreendedora esteja instalada em mais de um imóvel, deverão ser apresentadas as matrículas de todos os imóveis destinados as suas atividades;

§ 2º. Caso algum dos imóveis a que se refere o parágrafo anterior não esteja em nome da empresa, deverá ser apresentado contrato de locação ou outro instrumento que viabilize o reconhecimento que a interessada tem posse legítima sobre o bem imóvel.

Art. 2º. Havendo a aprovação do empreendimento, a empresa deverá anualmente comprovar o cumprimento dos requisitos dos artigos 33 e 34 da Lei municipal 2.017/2021, por meio de documentação devidamente fundamentada à comissão de novos negócios e incentivos fiscais.

Art. 3º. Atendido o artigo anterior, a Comissão de novos negócios e Incentivos Fiscais deverá analisar a documentação apresentada e emitir parecer e, se aprovado, ou seja, a EMPREENDEDORA cumpre os requisitos da legislação, a mesma poderá requerer a reversão anual do benefício decorrente da participação na arrecadação do ICMS.

Parágrafo único: quando não for relativo ao ICMS, a empreendedora poderá manter a continuidade do seu benefício fiscal, conforme pedido prévio.

Art. 4º. O projeto de responsabilidade social e ambiental solicitado, conforme exposto no inciso XIII do art. 33 da lei nº 2.017/2021, deverá ser relativo às políticas de meio ambiente, de gênero, de serviços a Prefeitura Municipal de Registro.

§1º. O projeto de responsabilidade social necessariamente deverá conter:

- a. Introdução;
- b. Justificativa;
- c. Objetivo e metas;
- d. Público alvo;
- e. Processo operacional;
- f. Proposta de monitoramento;
- g. Recursos empregados;
- h. Cronograma de execução;

§2º. Avaliação será realizada por meio da comissão de novos negócios e incentivos fiscais para aprovação ou adequações.

Art. 5º. Este decreto não exige a necessidade do envio de outros documentos, conforme o tipo de incentivo solicitado.

Parágrafo único: a comissão de novos negócios e incentivo fiscal poderá solicitar outros documentos, conforme necessidade.

Art. 6º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE REGISTRO**, 18 de abril de 2022.

**NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA**  
Prefeito Municipal

Reg. e Publ. na data supra

**RAFAEL RODRIGUES DE MORAIS**  
Secretário Municipal de Governo

**ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR**  
Secretário Municipal de Administração

**SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA**  
Secretária Municipal de Negócios Jurídicos e Segurança Pública

Assinado por 4 pessoas: RAFAEL RODRIGUES DE MORAIS, NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA, SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA e ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JÚNIOR  
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://registro.1doc.com.br/verificacao/0FC3-E44D-BCAD-1CE7> e informe o código 0FC3-E44D-BCAD-1CE7



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0FC3-E44D-BCAD-1CE7

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **RAFAEL RODRIGUES DE MORAIS** (CPF 268.XXX.XXX-44) em 18/04/2022 10:13:27 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ **NILTON JOSÉ HIROTA DA SILVA** (CPF 037.XXX.XXX-95) em 18/04/2022 10:14:54 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ **SANDRA REGINA MARIA DO CARMO TEIXEIRA** (CPF 097.XXX.XXX-10) em 18/04/2022 21:52:55 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)
  
- ✓ **ARNALDO MARTINS DOS SANTOS JUNIOR** (CPF 370.XXX.XXX-40) em 18/04/2022 22:40:15 (GMT-03:00)  
Papel: Parte  
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://registro.1doc.com.br/verificacao/0FC3-E44D-BCAD-1CE7>